

Título do capítulo	INTRODUÇÃO: VINTE ANOS DE COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL
Autores(as)	Regina Helena Rosa Sambuichi Sandro Pereira Silva
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-060-8/introducao

Título do livro	VINTE ANOS DE COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM MARCO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL
Organizador(es)	Regina Helena Rosa Sambuichi Sandro Pereira Silva
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	-
ISBN	978-65-5635-060-8
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-060-8

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

VINTE ANOS DE COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Regina Helena Rosa Sambuichi¹
Sandro Pereira Silva²

Há duas décadas, em 2 de julho de 2003, um passo importante era dado no âmbito das políticas públicas brasileiras, o qual viria a marcar o início de uma nova estratégia de apoio à agricultura familiar no Brasil. O art. 19 da Lei nº 10.696/2003 criava o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo qual se passava a permitir a compra de alimentos com dispensa de licitação, no intuito de viabilizar o acesso desses agricultores ao importante mercado das compras governamentais (Brasil, 2003). Esse pequeno artigo, timidamente incluído no âmbito de uma lei que tinha como principal objetivo dispor sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, representou um grande avanço, ao unir os objetivos de incentivar a agricultura familiar e promover a segurança alimentar e nutricional (SAN), inaugurando uma nova geração de políticas voltadas ao desenvolvimento rural no país (Grisa, Caldas e Avila, 2018; Sambuichi *et al.*, 2014; Silva, 2015).

A criação do PAA se deu no âmbito de ações mais amplas voltadas ao combate à fome, sendo concebido como o “braço” de fomento produtivo dentro do grande “guarda-chuva” que foi o programa Fome Zero (Silva, Grossi e França, 2010; Silva, 2014; 2020). Inspirado em instrumentos de fomento agrícola tradicionais, como garantia de preços e de mercados, o PAA inovou ao adaptá-los às necessidades da agricultura familiar e vinculá-los à demanda de compras públicas de alimentos para atendimento das ações de SAN. Ao longo do tempo, com o fim do programa Fome Zero, o PAA foi inserido no contexto das ações vinculadas à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), passando por diferentes períodos e por diversas adaptações em sua trajetória (Sambuichi *et al.*, 2014).

Também vale ressaltar a criação dos PAAs estaduais, a partir de leis estaduais que estabeleceram programas próprios de compras públicas em suas respectivas

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: <regina.sambuichi@ipea.gov.br>.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

jurisdições,³ além da inspiração para o surgimento de programas semelhantes em outros países (Grisa, Caldas e Avila, 2018 ; Silva, 2023; Swensson e Klug, 2017).

A experiência do PAA abriu portas para outras políticas públicas de compras governamentais no país, como a instituição da reserva de 30% de compras da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), decorrente da Lei nº 11.947/2009 (Silva, 2019). O PNAE é reconhecido internacionalmente como um dos maiores programas nutricionais do mundo, com alcance em todas as Unidades Federativas brasileiras. Em períodos regulares do calendário escolar, esse programa atende a cerca de 40 milhões de alunos – crianças, adolescentes e até mesmo alunos da educação de jovens e adultos (EJA) – da rede pública de educação básica. Toda essa magnitude expressa a importância desse mercado de compras públicas para ser utilizado como instrumento de fortalecimento da produção agrícola familiar, com todos os seus desdobramentos sobre a dinâmica das economias locais (Paula *et al.*, 2023; Silva, 2022; 2023; Valadares *et al.*, 2022).

Em anos mais recentes, em consonância com a orientação geral de redução da atuação do Estado e o desmonte das políticas públicas observadas em nível federal, especialmente no que tange às políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar (Ipea, 2020; Perin, 2022), o PAA passou por uma pronunciada redução de investimentos e, em 2021, foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (Brasil, 2021). Embora tenha mantido sua estrutura básica original, a mudança de nome não garantiu o investimento de recursos no programa e este continuou sofrendo com recursos orçamentários escassos, dependendo principalmente de emendas parlamentares e recursos extraordinários para suas operações. Em 2023, a Lei nº 14.628 trouxe de volta o PAA (Brasil, 2023), reacendendo a esperança de que o programa volte a ter o protagonismo experimentado em períodos anteriores.

No intuito de comemorar os vinte anos das políticas de compras institucionais direcionadas à agricultura familiar, este livro tem por objetivo reunir diversas publicações recentes e produzidas pelo Ipea – contando ainda com a colaboração de pesquisadores de outras instituições – acerca do tema da *agricultura familiar e das compras públicas de alimentos*. Esta publicação está organizada em duas partes. A primeira, introdutória, reúne três estudos que tratam das questões estruturais da agricultura familiar brasileira. A segunda, composta de treze capítulos, reúne estudos que abordam diversas questões relacionadas às compras públicas de alimentos no Brasil.

O capítulo 1, publicado no periódico do Ipea *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) nº 70, de 2020, revela mudanças relevantes no panorama da agri-

3. Entre eles, pode-se citar: o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), de São Paulo, criado em 2011; o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa-DF), do Distrito Federal, em 2012; o Compra Coletiva, do Rio Grande do Sul, em 2012; o PAA Familiar, de Minas Gerais, em 2013; o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Peaf), do Mato Grosso, em 2015; e, mais recentemente, o Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Pecafes), do Rio Grande do Norte, em 2019 (Silva, 2023).

cultura familiar no país com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em comparação com o cenário apresentado no Censo anterior, o de 2006. A partir de uma abordagem descritiva, esse capítulo sistematiza as principais variações observadas no contingente de mão de obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários familiares no período intercensitário. Segundo os autores, os resultados sugerem que a redução da força de trabalho nos estabelecimentos familiares pode estar relacionada a fatores intrínsecos do próprio grupamento familiar ou, ao menos, a fatores realçados nas mudanças ocorridas no panorama agrário do país.

O capítulo 2, publicado originariamente como Nota Técnica da Disoc nº 100, em 2022, oferece uma análise geral dos resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2018, do IBGE, tendo como foco a situação das famílias rurais. O texto desdobra-se em duas seções principais. Na primeira, são apresentados dados descritivos gerais sobre as famílias urbanas e rurais, seus rendimentos e suas despesas, abrangendo, para algumas variáveis, os resultados correspondentes das edições anteriores da POF (2008 e 2002), com base no Sistema de Recuperação Automática (Sidra) do IBGE. Na segunda, a discussão gira em torno dos indicadores de SAN, com base nos relatórios do IBGE. Os resultados apresentados permitiram identificar que a evolução favorável dos indicadores de rendimentos, despesas e alimentação, para as famílias rurais, observável na série histórica da pesquisa, foi interrompida em 2018, levantando sérias preocupações sobre as condições de segurança alimentar no meio rural brasileiro.

Para encerrar a primeira parte do livro, segue, no capítulo 3, um texto publicado como artigo do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* (Brua) nº 27, em 2022. Nele, os autores discutem sobre a evolução das atividades de agroindústria rural em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar nas Grandes Regiões brasileiras no período 2006-2017. A agroindústria rural é compreendida como uma atividade de transformação de produtos agropecuários, que, além de compor a renda dos estabelecimentos rurais, faz parte da cultura e das formas de reprodução socioeconômica dos agricultores. Os dados utilizados são dos dois últimos Censos Agropecuários, disponíveis no Sidra. Foram selecionados oito produtos (aguardente de cana, doces e geleias, farinha de mandioca, fubá de milho, queijo e requeijão, rapadura, embutidos e goma ou tapioca) em função de sua relevância socioeconômica e do grau de transformação das matérias-primas. A análise empreendida observou o número de agroindústrias, o volume produzido, o valor bruto da produção (VBP) e a proporção da produção comercializada.

A segunda parte do livro inicia-se com o capítulo 4, que trata dos desafios metodológicos para a avaliação de programas governamentais e traz o caso do PAA como exemplo para essa discussão. O texto, também publicado como um artigo do Brua, em 2018, fala sobre a importância da avaliação de políticas públicas e destaca,

em especial, os vários desafios relacionados à avaliação do PAA. A publicação deste artigo marcou o início das atividades realizadas no Ipea no âmbito da pesquisa Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos, a qual resultou em diversos estudos publicados sobre o tema, alguns deles reunidos neste livro. Os desafios destacados nesse capítulo retratam um pouco das dificuldades encontradas para o cumprimento da ousada tarefa de avaliar um programa de tamanha complexidade, as quais precisaram ser enfrentadas e superadas ao longo da sua pesquisa de avaliação.

O capítulo 5 faz a apresentação do modelo lógico do PAA, desafio importante já destacado no capítulo 4. Originalmente publicado em 2019, no Texto para Discussão (TD) nº 2482, o texto se inicia com o referencial teórico relacionado à problemática da insegurança alimentar e nutricional (Insan) no Brasil e descreve o contexto histórico da criação do PAA. Na sequência, realiza-se uma caracterização geral do programa, incluindo seu modelo geral de funcionamento, seus operadores, suas modalidades e seus objetivos. Na parte principal do texto, apresenta-se o modelo lógico da principal modalidade do PAA, a compra com doação simultânea (CDS), discutindo a estruturação lógica a partir da qual esta modalidade de atuação foi concebida. Esse capítulo inclui ainda uma revisão de literatura dos benefícios e desafios do programa, além de dados sobre a evolução dos recursos aplicados em compras.

O capítulo 6 trata-se de um artigo publicado em 2019, no Bua nº 21, no qual são apresentados os resultados de um estudo sobre a diversidade de alimentos adquiridos pelo PAA. O texto apresenta dados sobre o número de produtos adquiridos e o índice de diversidade de produtos, mostrando que o programa apresentou elevada diversidade de compras no período estudado, o que evidencia sua importância para incentivar a diversificação da produção. Os autores alertam, porém, que foi observada redução dos índices de diversidade no período, especialmente na região Norte, recomendando que seja dada prioridade para a aquisição de produtos da sociobiodiversidade nessa região.

Originalmente publicado no TD nº 2606, em 2020, no capítulo 7, apresentam-se análises quantitativas da execução do PAA no período 2011-2018. São exibidas análises descritivas gerais da execução das compras do programa no Brasil, nas Grandes Regiões e nos municípios, além de um diagnóstico das doações de alimentos na modalidade CDS. Apresenta-se também uma caracterização dos municípios que acessaram o programa e uma análise binomial logística do acesso. Esta análise binomial relacionou a probabilidade de acesso com diversas características dos municípios, mostrando que a probabilidade foi maior para municípios com menor desenvolvimento econômico, menos urbanos, com mais agricultores familiares e pertencentes às regiões Norte e Nordeste, o que está de acordo com o objetivo do programa de promover a inserção econômica e social dos agricultores familiares.

O capítulo 8 contém um texto publicado originalmente em 2020, na Nota Técnica Dirur nº 17, sobre a importância do PAA no contexto da covid-19. Esse estudo mostra os desafios trazidos pela pandemia e como os investimentos nesse programa seriam uma estratégia importante para mitigar seus impactos sobre a SAN da população. Além disso, o estudo traz uma análise econométrica dos possíveis impactos do PAA sobre a economia dos municípios e como este poderia ser utilizado como instrumento de dinamismo econômico para reduzir os efeitos da crise.⁴

O capítulo seguinte, publicado originalmente em 2021 como TD nº 2691, versa sobre a trajetória do PAA e os seus principais benefícios e desafios. Com base em análise documental e revisão de literatura, o texto analisa os diferentes períodos de atuação do programa, com ênfase nas mudanças ocorridas nos seus marcos legais e variações nos investimentos orçamentários. Esse capítulo apresenta também uma revisão sistemática de literatura com os resultados de 112 estudos de caso publicados sobre o PAA. Utilizando análise de conteúdo e metassumariação, os autores fizeram um levantamento e uma quantificação dos principais resultados a partir da visão dos beneficiários fornecedores e dos consumidores entrevistados nesses estudos de caso.

O capítulo 10 é composto por um texto publicado originalmente em 2021, como artigo do Brua nº 25. Nele, os autores fizeram uma análise do PAA como instrumento de atuação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). São levantados os montantes de compras de alimentos orgânicos realizados pelo PAA 2011-2019, e a evolução desses valores é comparada com as metas vigentes no Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos I e II). Observou-se que, apesar das metas relacionadas a percentuais de compras terem sido em parte atingidas, os montantes de alimentos orgânicos adquiridos apresentaram queda drástica no período estudado devido à redução dos valores totais de compras do PAA, sendo recomendada a retomada das ações de compra para que este possa, de fato, atuar como instrumento indutor da transição agroecológica e da produção orgânica no Brasil.

O texto apresentado no capítulo 11, originalmente publicado em 2022 como TD nº 2763, traz uma discussão sobre as contribuições do PAA para a SAN no Brasil a partir de uma análise da alimentação adquirida pelo programa. Utilizando as classificações por grau de processamento e por grupos alimentares, o estudo mostra uma análise detalhada dos alimentos adquiridos pelas diferentes modalidades do PAA, no Brasil e nas regiões, no período 2011-2019. Como conclusão, os autores ressaltaram que o tipo de alimentação adquirida pelo programa esteve de acordo com as recomendações do *Guia alimentar para a população brasileira*, produzido

4. Para outras análises sobre os impactos socioeconômicos da pandemia no Brasil, ver Silva, Corseuil e Costa (2022).

pelo Ministério da Saúde (MS) para orientar ações voltadas à alimentação adequada e saudável (Brasil, 2014).

O capítulo 12 apresenta um estudo de avaliação do impacto da modalidade CDS do PAA sobre a produção dos agricultores familiares. Publicado originalmente em 2022, como TD nº 2820, este texto finaliza a sequência de estudos resultantes da Pesquisa Ipea de Avaliação do PAA reunidos neste livro. A sua importância é representada por ser o primeiro estudo quantitativo de avaliação de impacto em escala nacional publicado sobre este programa. A análise foi realizada por meio do cruzamento da base de dados de registros administrativos de compras do PAA e da base da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), cadastro que dá acesso aos agricultores familiares às políticas públicas voltadas a este público. Utilizando um método quantitativo de diferenças em diferenças, o estudo mostrou que o acesso ao programa está associado a um impacto positivo significativo sobre o valor bruto e a diversidade da produção dos agricultores, o que indica a importância do PAA para incentivar a agricultura familiar no Brasil.

A agricultura familiar nordestina, a segurança alimentar e as políticas públicas são os temas do capítulo 13. Publicado como TD nº 2708, em 2021, este texto contém análises baseadas nos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) sobre a produção da agricultura familiar nordestina, com foco em itens da cesta básica regional. A partir dos resultados obtidos, os autores discutem como os programas federais de compras públicas de alimentos, mais especificamente o PAA e o PNAE, podem contribuir para a promoção da SAN na região.

O capítulo 14, publicado como artigo do periódico *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* nº 26, de 2019, apresenta uma discussão conjuntural das políticas de compras públicas da agricultura familiar. À época, o PAA já apresentava sinais de estagnação, com viés de declínio, no tocante aos seus indicadores de desempenho. O PNAE, por sua vez, demonstrava ter potencial de manter uma demanda considerável para os produtos da agricultura familiar, mas também enfrentava dificuldades operacionais para atingir os níveis mínimos de compras exigidos por lei, além de estar condicionado a uma dinâmica demográfica, uma vez que os recursos são proporcionais à quantidade de alunos matriculados na rede pública de ensino em cada localidade. Em que pese a relevância desses programas, os autores chamam atenção para o fato de que eles, se não estruturados de forma adequada, podem contribuir para reforçar alguns aspectos de desigualdade no meio rural brasileiro, em que a agricultura familiar mais estruturada economicamente – localizada sobretudo na região Sul e organizada em associações ou cooperativas – possui mais possibilidade de acessar esses programas.

O PNAE também é tema do capítulo 15, publicado originalmente como TD nº 2656, em 2021, que analisa a produção científica sobre a relação entre Estado (políticas públicas), alimentação escolar e agricultura familiar no Brasil, antes e após

a Lei nº 11.947/2009. O objetivo foi verificar como esses termos têm sido abordados na literatura, averiguando a diversidade de problematizações e interpretações possíveis que a interface entre eles suscita. O caminho metodológico escolhido pelo autor está dividido em duas partes. Primeiro, efetuou-se um levantamento bibliométrico no intuito de traçar um panorama quantitativo da produção de interesse. Posteriormente, realizou-se uma categorização temática de todos os trabalhos selecionados, visando identificar os principais assuntos enfatizados, para então destacar as evidências gerais encontradas e sistematizadas a partir de uma revisão qualitativa de seu conteúdo bibliográfico. Assim, obteve-se uma aproximação privilegiada sobre a realidade operacional do PNAE, uma vez que as análises demonstram aspectos concretos sobre os desafios e os potenciais associados à inserção da agricultura familiar em mercados institucionais, ao mesmo tempo que enfatizam fatores possíveis para a potencialização desse instrumento no território brasileiro.

Para finalizar o livro, o capítulo 16, publicado no BMT nº 75, de 2023, aborda fatores condicionantes para o grau de desempenho relacionado à aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE em dois municípios paraenses: Ourém e Santa Izabel do Pará. A escolha desses municípios ocorreu pelo fato de apresentarem similaridades geográficas e agrárias, mas serem contrastantes em relação ao cumprimento da cota mínima de 30% de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Os autores partiram do entendimento de que a exploração analítica desses contrastes pode levar a compreensões relevantes sobre a dinâmica processual do PNAE no território brasileiro, especialmente no que se refere ao atendimento dessa referida norma.

Sendo assim, este livro busca contribuir com o debate em torno das políticas públicas de desenvolvimento rural e da SAN no Brasil, a partir da reflexão sobre a experiência desses vinte anos do instrumento das compras públicas da agricultura familiar, enfocando suas múltiplas possibilidades de análise e evidenciando a complexidade operacional que caracteriza seus processos de implementação no território nacional. Diante deste breve panorama de todo o material reunido nesta publicação, desejamos uma boa leitura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 jul. 2003.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: MS, 2014.

_____. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 61, 30 dez. 2021.

_____. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 27 jul. 2023.

GRISA, C.; CALDAS, E. L.; AVILA, M. L. As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: de onde veio essa ideia? *In*: SABOURIN, E.; GRISA, C. (Org.). **A difusão de políticas brasileira para agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritores Editora, 2018. p. 54-88.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento rural. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 27, 2020.

PAULA, S. R. *et al.* **A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar**: impactos na renda e na atividade produtiva. Brasília: Ipea, 2023. (Texto para Discussão, n. 2884).

PERIN, G. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar**, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2022.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014. p. 75-104.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1953).

_____. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2076).

_____. **Trajетória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2529).

_____. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, 2020a. (Texto para Discussão, n. 2605).

_____. Análise da execução da regra de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar na esfera administrativa estadual (2013-2019). **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 27, 2020b.

_____. **Descentralização federativa e desafios de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: uma análise pós-Lei nº 11.947/2009. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2762).

_____. **Determinantes da compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**: uma análise para os municípios brasileiros (2013-2019). Brasília: Ipea, 2023. No prelo.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. (Org.). **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

VALADARES, A. A. *et al.* **Da regra aos fatos**: condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2728).

